

**FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES E PEQUENO-ALMOÇO  
(ALUNOS/CRIANÇAS DE ESCALÃO A) NAS ESCOLAS BÁSICAS DO 1º  
CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DURANTE O ANO LETIVO  
2025/2026- LOTES**

**CONCURSO PÚBLICO  
PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

## ÍNDICE

- Artigo 1.º** - Identificação e objeto do concurso
- Artigo 2.º** - Entidade adjudicante
- Artigo 3.º** - Órgão que tomou a decisão de contratar
- Artigo 4.º** - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais
- Artigo 5.º** - Regras de participação
- Artigo 6.º** - Documentos que constituem a proposta
- Artigo 7.º** - Apresentação de propostas variantes, negociação e aquisição
- Artigo 8.º** - Prazo para apresentação das propostas e publicação
- Artigo 9.º** - Prazo da obrigação de manutenção de propostas
- Artigo 10.º** - Esclarecimento sobre as propostas
- Artigo 11.º** - Critério de adjudicação
- Artigo 12.º** - Audiência prévia
- Artigo 13.º** - Caução
- Artigo 14.º** - Adjudicação
- Artigo 15.º** - Documentos de habilitação
- Artigo 16.º** - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 17.º** - Caducidade de adjudicação
- Artigo 18.º** - Contrato
- Artigo 19.º** - Despesas e encargos
- Artigo 20.º** - Legislação aplicável

## ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

O presente concurso público tem por objeto o fornecimento, por lotes, de refeições escolares e pequeno-almoço (alunos/crianças do escalão A) nas Escolas Básicas do 1º ciclo e Jardins de Infância abaixo discriminados, durante o ano letivo 2025/2026 – 334 dias, de acordo com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos anexos:

| Lotes | Escolas   |
|-------|---|
| 1     | EB de Adiça, EB de Molelos, EB de Lobão da Beira, Jardim de Infância de Adiça, Jardim de Infância de Botulho, Jardim de Infância de Lobão da Beira, Jardim de Infância de Molelos e Jardim de Infância de Tondela.  |
| 2     | EB de Canas de Santa Maria e Jardim de Infância de Canas de Santa Maria   |
| 3     | EB de Outeiro de Baixo e Jardim de Infância de Alvarim  |
| 4     | EB de Tonda e Jardim de Infância de Tonda   |
| 5     | EB de S. Miguel do Outeiro, EB de Vilar de Besteiros, Jardim de Infância de Parada de Gonta, Jardim de Infância de Sabugosa, Jardim de Infância de S. Miguel do Outeiro, Jardim de Infância de Mosteiro de Fráguas e Jardim de Infância de Vilar de Besteiros |
| 6     | EB de Tourigo, Jardim de Infância de Tourigo e Jardim de Infância de Barreiro de Besteiros  |
| 7     | Jardim de Infância de Santiago de Besteiros e Jardim de Infância de Campo de Besteiros  |
| 8     | EB de S. João do Monte e Jardim de Infância de S. João do Monte   |

## **ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Tondela, com sede no Largo da República, n.º 16, 3464 – 001 Tondela, telefone 232 811 110, fax 232 811 120, endereço eletrónico [geral@cm-tondela.pt](mailto:geral@cm-tondela.pt) e a plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante no site [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2. O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos do presente Concurso Público, encontram-se disponíveis para consulta, no Serviço de Contratação Pública da Câmara Municipal de Tondela, com o endereço eletrónico [obras.publicas@cm-tondela.pt](mailto:obras.publicas@cm-tondela.pt), onde podem ser examinados das 9h00 às 17h00, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

## **ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada por Despacho do Sr. Vereador, Dr. João Carlos, no uso da competência que lhe foi delegada no serviço de Educação pelo Despacho n.º 19-A/GAP/2022, de 28 de dezembro.

## **ARTIGO 4.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. Para os efeitos do disposto no presente Código, são erros e omissões do caderno de encargos os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessário à integral execução do objeto contrato a celebrar;

- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
  - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o órgão deve prestar os esclarecimentos solicitados.

#### **ARTIGO 5.º - REGRAS DE PARTICIPAÇÃO**

1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP).
2. Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:
  - a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no presente procedimento, a ser efetuada no portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt);
  - b) Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças processuais.

#### **ARTIGO 6.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

1. Os documentos que constituem a proposta, a apresentar diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante - ACINGOV, são os seguintes:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão permanente do registo comercial, que também deve apresentar;
  - b) Proposta – lista de artigos em formato Excel a preencher pelos concorrentes na plataforma ACINGOV;
  - c) Anexo contendo a identificação dos lotes que o concorrente prefere, por ordem decrescente da sua preferência.
  - d) O concorrente deve fazer prova em como cumpre os requisitos do sistema HACCP, designadamente através de declaração de implementação da respetiva certificação;
  - e) Certidão Permanente/ou Equivalente.
  - f) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis

2. Os documentos que constituem a proposta, assim como todos os demais documentos carregados na plataforma, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;

3. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder para assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma, apondo-lhe assinatura digital qualificada, um documento indicando o poder de representação;

4. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, por todos designado, submetendo na plataforma o documento atribuído dos poderes de representação.

#### **ARTIGO 7.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES, NEGOCIAÇÃO E AQUISIÇÃO**

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nem haverá lugar a negociação.

2. O objeto do concurso é constituído por 8 lotes, constantes no quadro do artigo 1.º do presente programa de procedimento.

#### **ARTIGO 8.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E PUBLICAÇÃO**

As propostas deverão ser apresentadas diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data do envio, para publicação, do anúncio no Diário da República, sendo igualmente publicado no Jornal Oficial da União Europeia.

#### **ARTIGO 9.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **ARTIGO 10.º - ESCLARECIMENTO SOBRE AS PROPOSTAS**



O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 72.º do CCP.

#### **ARTIGO 11.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. O critério de desempate será o sorteio definido na alínea c) do n.º 5 do artigo 74.º do CCP.

#### **ARTIGO 12.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 5 dias após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.

#### **ARTIGO 13.º - CAUÇÃO**

Não será exigido pelo Município de Tondela a prestação de caução.

#### **ARTIGO 14.º - ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas para cada lote.
2. A adjudicação por lotes nos termos do artigo 46.º-A, será efetuada lote a lote.
3. A cada concorrente serão adjudicados, no máximo, 2 (dois) lotes.



## **ARTIGO 15.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve apresentar.
2. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP.
3. Registo Central do Beneficiário Efetivo de acordo com o artigo 36.º da Lei 39/2017.

## **ARTIGO 16.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Tondela, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação de adjudicação.

## **ARTIGO 17.º - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não entregue os documentos de habilitação no prazo fixado para o efeito, ou quando não entregue a respetiva documentação em língua portuguesa ou acompanhada de tradução devidamente legalizada.
2. Caso as situações previstas no número anteriores se verifiquem por facto não imputável ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido um prazo para proceder à apresentação dos documentos em falta.



3. Sempre que se verifique qualquer outra irregularidade relativamente aos documentos de habilitação submetidos e que careça de suprimento, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, proceder ao respetivo suprimento, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Verificada a caducidade, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### **ARTIGO 18.º - CONTRATO**

Serão celebrados contratos escritos, cuja formação e formalização obedecerão ao procedimento descrito nos termos do artigo 94.º e ss. do CCP.

#### **ARTIGO 19.º - DESPESAS E ENCARGOS**

As despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta e à redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **ARTIGO 20.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Concurso será aplicável o regime previsto no Código de Contratos Públicos, na redação atualizada e demais legislação complementar.